



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Diálogo em perigo:

uma reflexão sobre o sentido dos ambientes comunicativos

Heloisa Pait

Como citar: PAIT, H. Diálogo em perigo: uma reflexão sobre o sentido dos ambientes comunicativos. *In:* SALATINI, Rafael. **Cultura e direitos humanos nas Relações Internacionais – vol 1** (org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 193-208.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-801-9.p193-208>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

12.

DIÁLOGO EM PERIGO: UMA REFLEXÃO SOBRE O SENTIDO DOS AMBIENTES COMUNICATIVOS

Heloisa Pait

1 AMBIVALÊNCIA QUANTO AOS MEIOS

ANos atrás a Rede Globo, que estava querendo aprofundar seu contato com o meio acadêmico, pediu-me que convidasse alguns professores para irem visitar o Projac no Rio de Janeiro. Numa reunião prévia, em São Paulo, que organizei para nos conhecermos, uma colega fez um discurso adorniano inflamado, que respondi lembrando que íamos encontrar pessoas reais e uma comunidade inteira de profissionais não podia ter seu trabalho reduzido a cinzas por conta de um autor que nunca os conheceu. Ela concordou, mas fui ao Rio um pouco apreensiva com o encontro, que ao final, adiante ao leitor, não deu em nada. A certo ponto, andando de um prédio a outro do complexo, arregalei os olhos com a professora sacando descaradamente uma máquina fotográfica da bolsa e clicando nas estrelas globais que calmamente seguiam para o trabalho. Eu já tinha muitas críticas ao pensamento de Adorno, vindas de leituras sobre a riqueza da recepção dos meios de comunicação, mas agora quando o revisito a imagem da fascinada professora sempre se interpõe, digamos, entre eu e o texto.

Desde aquela visita a internet penetrou no Brasil de modo avassalador; temos no bolso celulares com câmaras embutidas que nos permi-

tem registrar e publicar encontros com celebridades, amigos e anônimos a qualquer instante. Mas a relação ambivalente que temos com os meios de comunicação não só se manteve mas até se desdobrou, se espalhou sobre nós mesmos. Quase dez anos depois, numa conversa com outra colega durante uma greve universitária, falávamos sobre as posições dos docentes manifestadas numa lista de discussão, que ela estava acompanhando em detalhes e eu um pouco mais à distância. A certa altura, novamente para minha surpresa, minha colega afirmou que não era certo que discutíssemos a greve numa lista de emails. Por que não, perguntei, se os argumentos foram se moderando e sofisticando ao longo do thread? Era assunto para uma assembleia de professores, ela respondeu apenas.

Podemos ver a novela e auferir algum prazer com isso mesmo preservando nossa fé em Adorno; basta compartimentar as coisas. Já uma lista de discussão se torna inútil se assumirmos a postura de que há algo de nocivo nela. O amor e ódio a algo chamado de “Rede Globo” ou “indústria cultural” é dirigido para fora de nós, mesmo que a televisão não seja exatamente externa, como mostra Paolo Carpi gnano com seu conceito de televisualidade como um espaço a ser habitado (CARPIGNANO, 1999). Já o amor e ódio à internet é algo que se dirige, por causa da natureza do meio, a nossas próprias práticas comunicativas, apresentando desafios tanto éticos quanto de pesquisa.

Como estudar os usos dos meios de comunicação se o próprio usar está em xeque? E como dialogar se desacreditamos os próprios meios pelos quais esse diálogo pode se dar? Uma melhor compreensão sobre os desafios que o diálogo enfrenta em sociedades com intenso dinamismo de formas comunicativas é importante para construirmos sociedades mais democráticas, justas e principalmente capazes de lidar com seus conflitos internos e externos de modo simbólico e não violento. No Brasil, especialmente, essa compreensão pode evitar que velhos problemas de coordenação quedem sem solução, agravando tensões sociais, apenas por falta de espaços adequados onde se possa lidar com conflitos relativamente simples.

Além dessa introdução, esse artigo tem duas partes e uma conclusão. Na primeira parte, refletimos sobre a complexa relação entre comunicação e cultura, através de um resgate do tema nas teorias da comunicação e também das reflexões sobre dinâmicas de grupo feitas pelo psicanalista

Wilfred Bion; ainda nessa parte resgatamos as idéias de Faoro sobre o patrimonialismo brasileiro, que pode ser visto com um tipo particular de organização de grupo. Na segunda parte, analisamos três experiências específicas onde a relação com os meios prejudicou seu pleno uso, quais sejam: a introdução da plataforma Elgg numa Universidade de São Paulo, uma proposta de plataforma de apoio à relação de representação política feita a um deputado federal brasileiro e uma experiência usando a plataforma educacional Moodle. Estas experiências, a que tivemos acesso direto, servem para iluminar aspectos pré-simbólicos também presentes em processos mais amplos que exigem a escuta e o entendimento. Concluímos o artigo com uma comparação das críticas aos meios feitas no Brasil com as feitas nos Estados Unidos, onde não tendem a ter um caráter tão abrangente.

2 MEIOS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA: UMA RELAÇÃO COMPLEXA

A. UM SPECTRUM

Se a relação entre meios de comunicação e culturas é o objeto dos estudos dos meios, podemos imaginar um *spectrum* de teorias, dependendo do pólo da relação que privilegiam e da intensidade com que o fazem. Mas de modo geral quem dá o dinamismo dessa relação, independentemente de onde os autores se encontram no *spectrum*, são os meios de comunicação, o que cria um ponto cego em nossas análises, como iremos mostrar com alguns exemplos concretos de choques na introdução de novos meios. Passeemos primeiro por esse espectro.

Num extremo está a crítica avassaladora de Theodor Adorno à cultura de massa, que passa pelo pensamento feito um trator, sem tornar possível qualquer resistência (ADORNO; HORKHEIMER, 1986). Sua teoria, claro, poderia ser vista como a descrição de um fenômeno a conviver com outros distintos no plano real. No outro extremo, está a sociologia mais tradicional, que apenas acrescenta os meios a análises já prontas do fenômeno social ou que vê a sociologia da comunicação como apenas mais uma sociologia específica e não como algo constitutivo do social. Ao meio, as teorias mais inspiradoras, que problematizam a relação entre meios e sociedade, trazendo questões interessantes para a pesquisa. Vejamos, do pólo mais mediático ao mais social.

Para Marshall McLuhan, um autor complexo e sofisticado, a introdução de novos meios provoca um rearranjo das relações sociais, mas sem encurralar a ação (McLUHAN, 1996). Miriam Hansen, inspirada numa certa versão da Escola de Frankfurt, dá atenção aos meios mas o conceito-chave que usa – experiência – permite que enxerguemos a constituição de novos públicos em torno destes (HANSEN, 1994). Raymond Williams vê, talvez como Harold Innis, parceiro de MacLuhan, o próprio desenvolvimento tecnológico como produto social, mas sua apropriação da Escola de Birmingham, ao menos nos Estados Unidos, se deu mais como uma teoria da recepção sofisticada que como uma tentativa de equilibrar tecnologia e cultura na análise dos meios (WILLIAMS, 2003). Para Elihu Katz, os meios de massa criam condições para a constituição de uma comunicação pública (especialmente nacional), mas isso se dá através da participação ativa das pessoas em suas relações sociais (KATZ; LAZARSELD, 1955; KATZ, 1996). E finalmente, temos as próprias teorias de recepção, como a de Michel de Certeau, que acertadamente privilegiam o papel ativo do receptor, ênfase necessária quando estamos tratando dos indivíduos e não de grandes tendências (CERTEAU, 2000).

Claro que uma análise detalhada de cada autor citado nesse spectrum mostraria nuances, detalhes, ponderações. Entretanto, podemos dizer de modo genérico que mesmo para os autores que dão peso aos indivíduos e culturas na relação com os meios, são esses últimos que dão as cartas. Os meios propõem e as pessoas resistem, acomodam-se ou reinventam, tendo mais ou menos poder para isso. O meio em si não é o objeto da disputa – ele é dado de antemão e a disputa se dá nele. O meio, como diz McLuhan, é a mensagem, mas é em larga medida em torno da última que se dá a batalha, para esses autores. E o meio em si mesmo? Que conflitos apresenta às culturas? Quais os significados atribuídos aos meios em si – meios enquanto suportes comunicativos, enquanto proxies da própria comunicação entre as pessoas? Nesse artigo, tentamos enxergar tensões geradas por novos meios de comunicação nesse ponto cego, onde os meios em si são objetos de tensão, antes que a linguagem possa expressar conflitos.

B. PENSANDO GRUPOS E CULTURAS

Para compreender essa relação que ocorre, digamos, dentro dos meios, e não apenas sobre eles, vamos fazer uso nesse artigo de alguns conceitos do psicanalista britânico Wilfred Bion. Ele é pouco usado nas ciências sociais, apesar de propor uma combinação rara entre análise de processos psíquicos e interações sociais que outros psicanalistas não forneceram tão adequadamente (FRENCH; SIMPSON, 2010). Bion, a partir da prática, busca entender o que está em jogo no grupo, que é distinto do que se expressa numa análise individual (BION, 1975). Para ele, as relações internas aos grupos se dão em vários níveis simultaneamente: há os desejos mais profundos dos membros do grupo, que geram uma espécie de acordo tácito nem sempre produtivo, e além disso o que os sociólogos chamariam de cultura política: uma fôrma visível para as relações grupais e especialmente entre líderes e seguidores. O jogo entre o mecanismo mais básico e o mais explícito é que dá a dinâmica do grupo, e ao analista cabe a difícil tarefa de enxergar ambos os níveis.

Também de Bion usaremos a reflexão sobre o pensar, que é para ele não apenas uma ato cognitivo mas uma expressão de relações humanas (BION, 1999; SPILLIUS, 1991). Pensar é algo sempre dirigido ao outro, como amar ou odiar. Bion identifica, seguindo Melanie Klein, dificuldades de compreensão que advêm de problemas nas relações com outros e acabam limitando a capacidade de lidar com a realidade e agir de modo produtivo. Não se trata aqui de algum déficit de capacidade cognitiva, mas de negação da realidade e do aprendizado por dificuldade em tolerar a própria compreensão; isso é causado pelo que os psicanalistas chamam de ataque ao elo de ligação, ou seja, ataque às próprias formas comunicativas, psíquicas e afetivas que nos ligam às pessoas.

Mas quais seriam esses desejos e receios mais profundos, que operam sem que tenhamos muito acesso a eles, apenas vislumbrando-os ocasionalmente? O analista deve estar aberto para identificar os desejos no grupo que desembocam na demanda de um líder que os prepare para a briga com um inimigo externo imaginário, que se dedique à perpetuação pura e simples do grupo ou que – isso seria o ideal – que os inspire a atividades produtivas de modo democrático. Esses modelos grupais, não é difícil de ver, têm relação com as culturas políticas mais amplas onde os grupos se

inserem, e de modo muito breve descreveremos aqui o modelo com o que trabalhamos nesse artigo para tratar da cultura política brasileira.

Podemos, por exemplo, traçar modelos de sociabilidade nacionais pensando no homem cordial de Sergio Buarque de Holanda ou nas formas hierárquicas identificadas por Roberto DaMatta (DaMATTA, 1982; HOLANDA, 2003). Nesse artigo, fazemos uso do modelo proposto por Raymundo Faoro, extraído de sua exaustiva análise histórica da política brasileira (FAORO, 1975). Fernando Henrique Cardoso, em artigo recente nesse momento de *revival* do pensamento de Faoro, alerta para o risco de se ver nele a comprovação do papel propulsor do Estado na sociedade brasileira, mas acredito que Faoro pinta um quadro de um Brasil dicotômico, com uma sociedade abafada por um Estado menos repressor ou hostil à sociedade que tentacular, onipresente (CARDOSO, 2013). Ambas culturas, a liberal, presente na sociedade, e a estamental, presente no Estado, são modernas e vieram para ficar, para Faoro (SCHWARTZMAN, 1988). Interpenetram-se em instituições, mercados e atitudes individuais, pois é exatamente esse o objetivo da ação patrimonial: imiscuir-se na sociedade sem destruí-la .

Para Faoro, o Estado patrimonial não é no presente, como o foi no passado português, um pólo dinâmico; ele apenas identifica ações sociais emergentes e trata logo de lhes regular para delas extrair ganho, freando na verdade um desenvolvimento mais pleno. Poder público, para ele, é algo bem diferente do poder gerado pela organização coletiva, como é para Hannah Arendt, ou o poder legal que apenas regra as ações individuais sem lhes tolher, no sentido liberal do termo (ARENDRT, 2004). Poder público é o poder que limita, sufoca e vigia a ação social, do qual dependemos de modo infantilizado, constantemente pedindo permissões, e contra o qual nos revoltamos de modo violento ou “por debaixo dos panos”, e mais raramente de modo altivo e propositivo – ainda que sejamos capazes disso, dado o alto grau de sofisticação das nossas organizações sociais.

Nosso discurso político tradicional fala de dicotomias outras: desigualdades sociais e regionais, as questões racial e de gênero e, um pouco menos em voga, o conflito com as nossas sucessivas “metrópoles”. Mas a tensão entre cultura liberal e estamental começa apenas agora a ser recuperada no debate; em larga medida ela é o elefante na sala sobre quem ninguém quer falar. Essa tensão molda nossas ações mas não nosso esforço

interpretativo, que se apóia em dicotomias mais visíveis e menos importantes. Dado esse pano de fundo, nos debruçaremos agora sobre três experiências um tanto particulares, mas que podem no futuro sugerir pesquisas empíricas de maior vulto, onde um conflito silencioso e improdutivo se deu em torno da introdução de novos meios de comunicação e tendo como pano de fundo essa cultura política.

3 TRÊS EXPERIÊNCIAS

C. STOA: UM ESPAÇO PROTEGIDO

Stoa é uma palavra grega, definida na Wikipédia como “pórtico coberto, comumente destinado ao uso público”; foi esse termo que a USP usou para dar nome à sua rede social. O nome é apropriadíssimo: um local público porém protegido, acessível porém demarcado, que está em torno do edifício e serviria como elo entre a cidade e as atividades principais que ocorrem no interior do edifício. O Stoa seria então um lugar onde a sociedade como um todo poderia entrever o que ocorre na USP e a comunidade desta universidade poderia, ainda dentro dela, falar também sobre ensino e pesquisa mas especialmente sobre assuntos outros. Até onde sei, o Stoa hoje não é um espaço vivo, e provavelmente o momento em que se decidiu que ele não vingaria foi quando da expulsão de Everton Zanella do ambiente.

O *affair* é descrito pelo próprio Everton em seu blog e por uma jornalista no Jornal do Campus (ALVARENGA, 2009; RIBEIRO, 2009). Em linhas gerais, o ex-aluno, que participou ativamente da implementação do Stoa na USP, teve sua conta apagada por ter feito uma brincadeira que a reitora não gostou. A decisão não passou pela deliberação de um conselho de ética que pesasse liberdade de expressão e valores colegiais; foi uma canetada. Tentemos enxergar o fato com alguma objetividade, no sentido que Georg Simmel dá ao termo: a capacidade de olhar uma situação por pontos de vista múltiplos (SIMMEL, 1987). As brincadeiras de Everton – uma notícia de 1º de abril que dava conta de negociações sobre a privatização da USP precedida por um bolão de apostas sobre a data de início de uma greve anunciada – foram percebidas como ataques à reitoria da universidade e tiveram retribuição adequada a essa percepção, deixando o jovem desnortado. O debate sobre a expulsão também foi censurado no Stoa.

Nada haveria de errado em instaurar um código de ética para a participação na plataforma, que contivesse regras de conduta adicionais ao que exige a lei nacional. Afinal, os participantes estariam dentro do ambiente universitário e para que esse ambiente fosse protegido das intempéries, como um pórtico, aqueles participantes aceitariam algumas restrições. Mas escorraçar o arquiteto do pórtico mostra algo distinto, e que obviamente foi percebido pelos participantes como um inabalável desejo de controle. De um lado, ataques; de outro, controles, reais ou percebidos conforme conversarmos com uns e outros. Acredito que aqui estejamos falando de algo distinto do equilíbrio entre liberdade de expressão e respeito à pessoa ou mesmo à instituição, pois nenhuma das brincadeiras tinha um alvo pessoal ou desmerecia a universidade; tratavam apenas da constância das greves e da qualidade dos serviços universitários.

O que houve foi um choque entre definições distintas do espaço Stoa enquanto lugar para a comunicação da comunidade universitária. O espaço era visto pelos gestores universitários como um flanco desprotegido e pelos participantes como um fosso medieval, e as brincadeiras apenas serviram de pára-raios para esse choque. Num conflito não explícito, não conversado e não negociado, a vítima é o pórtico em si, que passa a não ter serventia para a comunidade. Expectativas de parte do público e dos gestores transpõem-se no espaço, definindo-o e dando sentido a priori à comunicação concreta que lá acontece, especialmente nos assuntos de caráter público ou sensíveis. Nessa comunicação travada, não apenas o diálogo não acontece como o próprio local do diálogo é destruído. E nisso a USP não se destaca de outras instituições; na minha universidade mesmo, quando propus um Stoa a resposta de funcionários simpáticos à idéia foi que dificilmente um reitor incentivaria a construção de um espaço onde críticas a ele mesmo pudessem ter ressonância. O aspecto positivo deste local protegido na sociabilidade dos campi, que traria competição a discursos muito ideológicos e possivelmente racionalização do debate, não pareceu entrar no cálculo decisório.

D. UM GABINETE VIRTUAL

No início de 2012 me interessei pela idéia de construir um gabinete virtual que poderia ser oferecido por representantes legislativos e visitado por seu eleitorado, com vistas a reforçar a relação representativa tão necessária à democracia e tão questionada, na prática, por escândalos de corrupção e indiferença quanto aos processos legislativos por parte do eleitor. O gabinete serviria a deputados que quisessem expor os valores que norteiam suas ações – quem eles são – e suas ações – o que fazem concretamente no âmbito legislativo e como líderes políticos. Eu partia do pressuposto que dar sentido à ação legislativa seria de interesse de eleitores, que não têm uma idéia clara do que acontece nas casas legislativas brasileiras, e dos próprios representantes, que muitas vezes sentem que falam às traças.

A mim essa idéia parecia mais que simples. Parecia óbvia. Com facilidade de acesso à internet, por que não usar plataforma digitais na comunicação política? Cheguei a apresentar a idéia num evento acadêmico e para um deputado federal, mas a idéia, como no jogo Batalha Naval, deu água. Com os protestos de junho de 2013, senti-me culpada: talvez se eu tivesse explicado melhor minhas idéias ou levado a cabo a coisa sozinha e lançado na web, essa plataforma poderia ter se tornado local de diálogo durante aquele período e depois tivesse sido “ocupada”, servindo de ponte tão desejada entre Estado e sociedade.

Deixando a proposta de lado e passando a refletir sobre a questão da representação na era digital, percebi que os desafios para uma plataforma dessas iam além da questão técnica. De acordo com Karol Castanheira (CASTANHEIRA, 2012), que examinou o uso da internet na campanha presidencial de Marina Silva, a tendência em usar os novos meios como mecanismos unidirecionais é muito forte. O Twitter é usado para apitar mensagens prontas, e não para criar um diálogo fluido que o microblog poderia possibilitar. A força do hábito dos assessores parlamentares, que de toda forma são mais tradicionais assessores de imprensa que assessores técnicos em busca de projeção do mandato e de suas próprias idéias, podem ser fatores conservadores, mas não acredito que sejam determinantes, imaginando-se sempre, claro, políticos sem máculas a serem escondidas.

O medo de perder poder por parte dos políticos poderia ter algo a ver com a recusa em adotar novas formas comunicativas? Não faz sentido. Congregar pessoas traz poder, no sentido arendtiano do termo. O anfitrião de um espaço comunicativo pode não ter suas propostas sempre vencedoras, mas ele sempre terá crédito pela ação, que é o que importa ao líder. É ele que vai ter feito a coisa acontecer. Não acredito que minha proposta, ou outras que circulam por aí, tenham dado em nada por conta deste medo. Políticos são gente esperta e veriam a possibilidade de ganhos em pular para novas formas comunicativas ao invés de continuar alimentando a própria dependência, incômoda, de jornalistas e órgãos de imprensa.

Em países de tradição liberal uma plataforma digital desse tipo seria menos relevante, pois já há mecanismos tradicionais de representação, tais como o voto distrital e canais diretos de comunicação efetivos, mas no Brasil, onde as falhas das instituições democráticas acabam sendo compensadas por meios informais de comunicação, a necessidade de atualizar a relação de representação com os novos meios é premente. E, dado o número de propostas que já estão na mesa – E-democracia, projeto Câmara Virtual, Adote um Vereador, etc., – é questão de tempo até alguma delas ser adotada de fato.

Agora, quanto a um gabinete virtual mesmo, com a proposta que delineei acima, um local de diálogo e reconhecimento – o primeiro que abrir suas portas vai levar todas as pedras acumuladas nas mãos da população. Além do escrutínio normal, contra o qual já criou mecanismos de defesa, o representante terá que lidar com frustrações acumuladas que não lhe dizem respeito. A imprensa filtra as críticas com a ética jornalística que impede que imprimamos no papel o que nos vêm à trelha. Já o Twitter é sentido pelos internautas como um lugar público, no sentido que Roberto DaMatta dá ao termo: lugar onde finalmente se faz o que se bem entende, e não lugar cívico, compartilhado (DaMATTA, 1988). E nesse fio da navalha vai se encontrar o futuro gabinete virtual.

A internet não será, num primeiro momento, um lugar de diálogo e união em torno do bem comum, mas sim um lugar improdutivo e desagradável. A construção de novos espaços de representação vai portanto precisar de homens verdadeiramente corajosos, que queiram assumir o novo poder que a internet lhes dá. Digo “novo poder” pois a relação de representação sempre será assimétrica, a despeito dos desejos dos ativistas da

internet. Recusando-se a assumir esse novo papel, escondendo-se atrás dos meios tradicionais, os líderes políticos não estão só retardando mudanças, mas também fragilizando a democracia que precisa de cidadãos e líderes ocupando de fato seus lugares.

Em outras palavras, não se trata de perder poder – de conceder poder às ruas, ou ao internauta, ou algo que o valha. Mas o contrário disso: assumir uma posição de poder num novo ambiente comunicativo. E isso sim é que lhes causa paúra.

E. LAGARTEANDO

Uso o ambiente educacional Moodle como apoio a minhas aulas de graduação e pós desde 2004, em geral com excelentes resultados. Alunos que a princípio se sentem desconfortáveis com o meio ao final se rendem a ele, por terem podido conhecer melhor os trabalhos dos colegas e às vezes até mesmo os próprios colegas de sala. Mesmo que os debates não ocorram na própria plataforma, o fato de terem os textos dos autores e dos colegas online facilita a comunicação fora da sala de aula. Já ouvi que o Moodle foi a melhor coisa do curso, como se o ambiente dialógico tivesse sido criado pela plataforma do australiano Martin Dougiamas, e não por eles mesmos com a minha orientação.

Em geral meus cursos são bastante exigentes e interativos e muitas vezes os alunos se ressentem com isso. A exposição que o Moodle exige pode deixar alguns alunos ressabiados e, quanto ao curso em si, minha visão pragmática de teorias pode deixar alunos acostumados com visões ideológicas um pouco “sem chão”, como disse uma aluna, sentimento que se dissolve quando eles vêem que a execução da própria pesquisa lhes dá mais segurança que dogmas rígidos, refutáveis com argumentos ou evidências uma vez que se sai da bolha acadêmica. Entretanto, essas são coisas em geral acomodadas em aula sem grandes problemas.

O curso que descrevo abaixo deu-se numa situação atípica, logo após uma longa greve estudantil entremeada de paralisações de funcionários e docentes onde explodiram antigos conflitos que perduraram ao longo do curso, em uma instituição que resiste tenazmente à mudança ao mesmo tempo em que se frustra por ela não acontecer. Nesse ambiente, parte dos

alunos se posicionou de modo contrário ao curso. Difícil saber ao certo a razão daquela intensidade: pressões políticas vinda de fora da sala de aula; meu encaminhamento do curso; rejeição de alunos que perderiam status frente aos colegas devido à transparência das discussões; legítima apreensão com relação à exposição no Moodle; ou dificuldades dos alunos quanto à pesquisa empírica, acostumados a discussões meramente teóricas; tudo poderia ter contribuído um pouco. Quanto ao desgosto com plataformas na internet em geral, podemos descartar; os alunos são ávidos participantes do Facebook e a própria greve teve sua comunicação nessa rede social.

Na sala de aula, o ambiente foi aceito sem problemas, mas uma reivindicação ácida, anônima e burocrática apareceu no próprio Moodle, de forma geral contrária à plataforma, depois que, de acordo com um colega que acompanha manifestações estudantis na internet, os alunos se organizaram no Facebook. Isso pode parecer bizarro ao leitor, pois o Moodle é uma plataforma antiga, mas peço que coloque de lado sua surpresa e busque ver nesse conflito algo que ilumine nossos desafios comunicativos mais amplos. O fato é que nem a sala de aula nem o próprio ambiente online foram vistos como espaços legítimos de diálogo. As demandas (ou mesmo esclarecimentos) eram fáceis de acomodar, mas a acomodação não levava a nada. Cada acordo parecia levar a novos conflitos, talvez vindos de pressões de fora da aula mas também parte de uma dinâmica comunicativa interna, que é o que interessa aqui.

Eu não sentia estar ocupando um espaço público – espaço da visibilidade, segundo Arendt – onde algum entendimento poderia se dar; parecia estar pisando em areia movediça, a cada movimento me atolando mais, apesar de que o curso, em si, corria bem, com trabalhos interessantes sendo propostos e discussões inteligentes acontecendo em sala e online. Numa das conversas sobre o curso propostas em aula, perguntei afinal o que eles propunham. Uma aluna afirmou que a essas alturas não havia nada a fazer e que nos restava aguardar o fim do curso; outro disse que a questão era uma intransponível falta de sintonia entre a professora e a classe. Diante dessa barreira, fiz a chamada e encerrei a aula uma hora mais cedo. Psiquicamente, abandonei a turma, acatando a versão apresentada: não há nada a fazer.

Para minha surpresa, parte dos alunos permaneceu em sala formando um pequeno círculo ao meu redor, até o final da aula, tirando dúvi-

das num ambiente amigável e produtivo, com respeito por mim e interesse pelos trabalhos dos colegas. “Você deveria ter feito um círculo na aula, professora!”, um deles disse, mas não era isso que eu havia proposto desde o início? Numa aula de pós-graduação, relatei esse episódio que também inspirou surpresa aos alunos; as interpretações que se seguem são em larga medida produto daquela reflexão coletiva.

Havia o desejo de “conversar em círculo” com uma pessoa mais experiente, compartilhado por alunos e pela professora. Na prática, isso se deu: o Moodle foi usado, dei orientações e os trabalhos correm bem. Mas a experiência foi desagradável. É impossível saber se o aprendizado foi de fato “esvaziado”, usando um termo de Bion e Melanie Klein, ou se apenas foi relatado como obrigação vazia por pressões do grupo. De minha parte, senti-me atacada injustamente: não sou eu que mostro bancos de dados estrangeiros, técnicas de pesquisa na internet e outros modernismos úteis a quem quer se tornar pesquisador? Da parte dos alunos, pelo que auferi, eles se sentiam cobrados e desorientados, vigiados e inquiridos.

O Moodle não é neutro, e nem detentor de uma ideologia que determina as relações feitas através dele. Ele é engolfado na teia de significados pré-existentes na cultura local, e é essa teia que vai determinar se ele poderá ou não ser usado de modo produtivo, no sentido de Bion. Nesse caso, ele não se constituiu como “mesa”, no sentido de Arendt: linguagem, coisa que nos aproxima mantendo nossas particularidades. O Facebook, empresa americana voltada ao lucro, não padece da mesma sorte mesmo que mais distante da ideologia professada pelos alunos que o pobre Moodle de fonte aberta e sem fins lucrativos. O Moodle é oficial. É da universidade e é da professora; ele está contaminado por relações de poder importantes para aquela comunidade, enquanto o Facebook é alienígena, isento desses conflitos.

No Moodle se projetam relações patrimonialistas; no Facebook se organizam protestos. Sobre mim se projetava a figura do censor e cada diálogo proposto era sentido pelos alunos, provavelmente, como uma armadilha adicional. Apenas no momento em que “terminei a aula” a figura fantasmagórica do dono do poder foi embora e a aula pôde começar de verdade, não apenas como sucessão de tarefas das quais nos desincumbimos, mas como relação de aprendizado.

4 OCUPANDO LUGARES

Nos Estados Unidos, a crítica aos novos meios de comunicação é muito forte. Quanto ao uso dos meios, há pesquisas sérias mostrando que podemos estar limitando nossa capacidade cognitiva com multi-tasking. A imprensa escrita, quando comete um erro de sérias consequências, como no caso Judith Miller, faz um profundo auto-exame. O ativismo jovem na internet é fortíssimo, sendo o exemplo mais dramático disso a vida do jovem Aaron Swartz. O medo do controle estatal sobre as vidas privadas também é algo muito presente na sociedade americana, como mostra a resposta às revelações de Snowden. Entretanto, essas críticas não questionam os meios em si. O desgosto com a política de direitos autorais e privacidade do Facebook, por exemplo, levou jovens à criação da rede social Diaspora. De forma geral, identificação de problemas com os meios de comunicação leva à construção de novos espaços comunicativos ou à reforma dos atuais.

O que descrevemos nesse artigo é distinto. Trata-se de um ataque aos meios, semelhante ao ataque ao elo de ligação descrito pelos psicanalistas: um ataque às formas comunicativas em si mesmas, que carregam significados negativos para os que as usam: obrigação e ataque, e não liberdade e colaboração, ou diálogo e prazer. O trabalho, na concepção de Bion – a colaboração para objetivos benéficos para o grupo – dá-se com muita dificuldade nesses espaços. O problema não é que eles possam ser lugares de conflito; isso é parte do espaço público. O problema é que muitas vezes eles mesmos não servem nem para o conflito, por estarem marcados pelo poder oficial e o que isso significa. Os convidados ao espaço comunicativo são alvo de um controle indevido e injustificado, enquanto os anfitriões do espaço são atacados como se responsáveis não apenas por aquele espaço, mas por todas as injustiças em torno dele; mesmo que os controles e ataques não sejam reais, a percepção deles afeta a sociabilidade.

Onde o poder oficial está ausente, aí temos o contrário disso: uma apropriação acrítica dos meios e seus conteúdos e um consumismo voraz (fácil de satirizar (G17, 2013), pois o que conta aí é o alívio. Alívio por estarmos longe do improdutivo jogo patrimonial de controle e rebeldia. Nos três casos que descrevemos, os diversos atores poderiam ter se comportado de outro modo e os ambientes e regras de conduta poderiam ser modificados. Mas a situação pareceu a todos uma armadilha a ser evi-

tada, e não um lugar de diálogo a ser ocupado. Esse está longe de ser um resultado necessário, mas mostra as dificuldades que temos que enfrentar na construção de espaços públicos mediados no Brasil que sejam democráticos, pujantes e produtivos, mesmo e especialmente quando eles buscam acolher o diálogo com o poder instituído.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

ALVARENGA, E. Z. *Sobre meu afastamento do Stoa por causa de uma brincadeira de 1º de abril até a exclusão da minha conta*. São Paulo: Blog do Tom. Disponível em: <<http://blogdotom.wordpress.com/2009/04/29/sobre-meu-afastamento-do-stoa-por-causa-de-uma-brincadeira-de-1º-de-abril-ate-a-exclusao-da-minha-conta>>. Acesso em: 2009.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BION, W. R. *Experiências com grupos: os fundamentos da psicoterapia de grupo*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

BION, W. R. *Cogitações*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

CARDOSO, F. H. *Um crítico do estado*: Raymundo Faoro. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARPIGNANO, P. The shape of the Sphere: the public sphere and the materiality of communication. *Constellations*, v. 6, n. 2, p. 177-189, 1999.

CASTANHEIRA, K. N. L. *Análise das mensagens postadas por Marina Silva e pelo Partido Verde no Twitter nas Eleições de 2010*. 2012. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2012.

CERTEAU, M. D. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DaMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1982.

DaMATTA, R. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EDUSP, 1975.

FRENCH, R. B.; SIMPSON, P. The 'work group': redressing the balance in Bion's experiences in groups. *Human Relations*, v. 63, n. 12, p. 1859-1878, 2010.

G17. Cnn diz que Mark está triste com o comportamento dos brasileiros no Facebook. G17. Disponível em: <<http://www.g17.com.br/noticia/redessociais/cnn-diz-que-mark-esta-triste-com-o-comportamento-dos-brasileiros-no-facebook.html>>. Acesso em: 2013.

HANSEN, M. *Babel & Babylon: spectatorship in American silent film*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

HOLANDA, S. B. D. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KATZ, E. And deliver Us from segmentation. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 546, n. p. 22-33, 1996.

KATZ, E.; LAZARSELD, P. F. *Personal influence: the part played by people in the flow of mass communications*. Glencoe, Ill: Free Press, 1955.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1996.

RIBEIRO, T. Rede Stoa não atende idéia de plataforma virtual livre. *Jornal do Campus*, ed. 351, maio 2009.

SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988.

SIMMEL, G. *On individuality and social forms*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

SPILLIUS, E. B. *Melanie Klein hoje: vol 1: Artigos predominantemente teóricos*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

WILLIAMS, R. *Television: technology and cultural form*. London: Routledge, 2003.